

PANDEMIA E A EXACERBAÇÃO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

PANDEMIC AND THE EXACERBATION OF SOCIAL VULNERABILITIES: IMPACTS ON MENTAL HEALTH

Jeniffer Leite Lima¹
Angela Buffetti de Melo²
Claudia Lopes Perpetuo³

LIMA, J. L.; MELO, A. B. de; PERPETUO, C. L. Pandemia e a exacerbação das vulnerabilidades sociais: impactos na saúde mental. *Akrópolis*, Umuarama, v. 29, n. 1, p. 59-74, jan./jun. 2021.

DOI: <https://doi.org/10.25110/akropolis.v29i1.8310>

RESUMO: A pandemia da Covid-19, a nível global, trouxe mudanças significativas nas formas de organização da população. Essas mudanças, no entanto, foram encaradas de formas distintas, fortalecendo a manutenção das vulnerabilidades sociais já existentes. O presente estudo tem como objetivo perceber as implicações da pandemia da Covid-19 nas situações de vulnerabilidades sociais que foram exacerbadas neste período pandêmico, considerando os impactos e aspectos envolvidos no âmbito da saúde mental. Trata-se de uma abordagem de natureza exploratória, com atenção voltada a publicações atuais e selecionadas com base na literatura que versa sobre o tema. O trabalho foi realizado segundo a concepção de renomados autores que enfatizaram as consequências para a saúde mental, causadas pela pandemia em decorrência dos inúmeros fatores relacionados à vulnerabilidade social e à desigualdade nos territórios brasileiros. O estudo mostrou que as questões de raça, cor, gênero, condição econômica e de moradia implicaram no acesso aos serviços de saúde e às próprias políticas públicas. Foi possível observar como as medidas de contenção comunitária foram adotadas e vividas de forma distinta pela população, além das recomendações e, obrigatoriedade, do uso de máscaras, álcool em gel e da lavagem das mãos constantemente. Concluiu-se haver a necessidade de uma reflexão crítica acerca de todo processo histórico, social, cultural e econômico que envolve as situações de vulnerabilidade, em relação à adoção de políticas públicas e socioeconômicas que contemplem as especificidades e necessidades que a população vulnerável demanda. Considerando a influência das notícias acerca do número de mortes e casos confirmados, as limitações de acesso e demais desafios que foram intensificados com a pandemia, é possível pensarmos os caminhos da Psicologia atribuídos à saúde mental a partir do período pandêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Vulnerabilidade Social; Saúde Mental.

ABSTRACT: At a global level, the COVID-19 pandemic has brought significant changes to the forms of population organization. Such changes were faced in distinct ways, strengthening the maintenance of the already-existing social vulnerabilities. The purpose of this study is to perceive the implications of COVID-19 pandemic in social vulnerability

¹ Universidade Paranaense - UNIPAR.
E-mail: jeniffer.lima@edu.unipar.br

² Universidade Paranaense - UNIPAR.
E-mail: angela.mello@edu.unipar.br

³ Universidade Paranaense - UNIPAR.
E-mail: clauperpetuo@pro.unipar.br

situations that have been exacerbated in this pandemic period, considering the impacts on and aspects involved in the mental health sphere. It uses an exploratory approach, with attention aimed at current publications selected based on the literature addressing the subject. This study was performed according to the conception of renowned authors who emphasized the mental health consequences caused by the pandemic as a result of the countless factors related to social vulnerability and inequality in the Brazilian territory. This study demonstrated that the matters of race, color, gender, economic, and housing condition affected the access to health services and public policies. It was possible to notice the way that community containment measures were adopted and experienced in different ways by the population as well as recommendations and the required use of face masks, hand sanitizer, and also constant hand washing. It could be concluded that there is a need for a critical reflection on the entire historical, social, cultural, and economic process involving situations of vulnerability in relation to the adoption of public and socioeconomic policies considering the specificities and necessities demanded by the vulnerable population. Considering the influence of the news regarding the numbers of confirmed deaths and cases, the limitations of access, and other challenges that have been intensified during the pandemic, it is possible to think about the psychology paths attributed to mental health arising from this pandemic period.

KEYWORDS: Pandemic; Social Vulnerability; Mental Health.

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus chega ao Brasil, trazendo uma mudança radical no dia a dia de muitos brasileiros, mas se torna evidente, nas diversas camadas sociais, a desigualdade existente, colocando muitos em situações de maior vulnerabilidade. Essa desigualdade não é recente, mas estrutural, ampla, e suas causas são múltiplas. Além de considerar os marcadores sociais cor/raça, gênero e classe social e suas diferentes articulações existentes, que geram e ampliam as diferenças, atingindo diretamente as pessoas em situação de vulnerabilidade, vemos a exacerbação delas com o advento da Covid-19.

Como o coronavírus se tornou um risco à vida humana e evoluiu para uma pandemia que levou à morte milhares de pessoas, tornou-se necessário reconhecermos as implicações dessa pandemia na população mais vulnerável e ampliarmos as discussões acerca desse tema. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica

acerca dos assuntos pandemia, vulnerabilidade e impactos na saúde mental em materiais disponíveis até o momento. Isso se deu por meio de leituras e pesquisas em revistas científicas, livros, cartilhas e sites oficiais. Inicialmente, foram lidos livros e artigos com o objetivo de investigar os impactos da pandemia na saúde mental e o seu agravamento diante da vulnerabilidade social. Reunimos diferentes autores que, a princípio, estavam escrevendo sobre o tema, e, a partir disso, algumas discussões e informações sobre a pandemia foram levantadas.

Constatamos que a vulnerabilidade perpassa e interfere diretamente na forma como cada grupo social enfrenta um período pandêmico. As situações de vulnerabilidade não emergem de forma causal devido à chegada do vírus da Covid-19, ao contrário, as vulnerabilidades são estruturais, pré-existentes à pandemia e perpassam por diversos fatores que as intensificam, sendo exacerbadas quando aliadas a fatores externos (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020). Muitas questões importantes que já vêm sendo discutidas, como as interseções dos marcadores sociais de raça, cor e gênero, entre outras, foram fundamentais para elaborarmos uma análise crítica sobre como e quem são os mais afetados pela pandemia. Ainda, constatamos que não há possibilidade da população vivenciar um período pandêmico da mesma forma, com os mesmos desafios ou até com as mesmas vias de acesso à proteção, cuidado e higiene necessários (ORNELL *et al.*, 2020).

Torna-se evidente a relevância de estudos que fundamentem e problematizem as situações de vulnerabilidade, deslocando-se da lógica descontextualizada para a observância dos processos de exclusão, risco social, pobreza, desigualdade de acesso e distribuição de renda que inflamam as vulnerabilidades vivenciadas cotidianamente por várias pessoas e/ou grupos específicos no Brasil. Há um interesse recente da Psicologia em pesquisar, compreender e contribuir com o sujeito inserido em sociedade e que é afetado por todas as relações, instituições e contextos ao qual pertence, elaborando o entendimento acerca das relações sociais que interferem diretamente na saúde mental das pessoas, principalmente, daquelas consideradas em situação de vulnerabilidade. A saúde mental também não pode ser percebida apenas como uma questão biológica ou, então, limitada aos diagnósticos patológicos; ela pode ser percebida desde a forma como somos atingidos e vivenciamos as situações cotidianas até

as diferentes formas de enfrentar uma pandemia que modifica bruscamente nossas atividades e relacionamentos interpessoais (ESTRELA *et al.*, 2020).

A partir da percepção de algumas diferenças entre a população brasileira em seus processos de desigualdade que culminam em diversas situações de vulnerabilidade, este trabalho tem por finalidade realizar um estudo sobre a pandemia da Covid-19 e identificar seus impactos na saúde mental dos brasileiros diante da vivência dessas vulnerabilidades. Considerando as práticas do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico I, do curso de Psicologia, além das atividades, discussões e leituras em grupo de orientação acerca do fenômeno vulnerabilidade. Este trabalho objetiva reunir as informações levantadas e discutidas com o interesse de compreender, de forma mais aprofundada, as situações de vulnerabilidade nos territórios brasileiros. Para tal intento, fez-se necessário caracterizarmos pandemia, diferenciando-a de epidemia e das demais doenças infecciosas que assolaram a população mundial nos últimos anos, trazendo, em seguida, a vulnerabilidade social enquanto um conjunto de fatores complexos que se distinguem e se complementam com as questões de desigualdade social e risco. Ainda, discorreremos sobre as medidas de contenção comunitária e as suas implicações para o desvelamento das vulnerabilidades sociais, seguindo para os desafios, impactos e possibilidades de agravamento na saúde mental da população e as possíveis intervenções do psicólogo e da psicóloga neste contexto.

CONTEXTUALIZANDO A PANDEMIA

No dia 31 de dezembro de 2019, uma pneumonia começou a se espalhar entre a população de Wuhan, na China. A Organização Mundial de Saúde logo foi notificada sobre o surgimento de um novo vírus, que fora nomeado de SARS-CoV-2 (SOUZA, 2020). Logo após a descoberta do vírus, o autor nos informa que a OMS decidiu divulgar um alerta mundial do surto da doença, tornando-a uma emergência de saúde pública sob a possibilidade de progressão para uma pandemia, o que se oficializou no dia 11 de março de 2020. Pandemias causadas por coronavírus já existentes e anteriores ao Covid-19, segundo os autores Macedo, Ornellas e Bomfim (2020), são desconhecidas historicamente, no entanto, é

comum a contaminação por outros vírus da família de coronavírus em seres humanos e animais.

Uma das peculiaridades da pandemia contemporânea são os seus altos níveis de propagação e contaminação intensificadas, levando apenas poucos dias para a divulgação de um alerta mundial. Em um exemplo comparativo, temos a terceira pandemia da peste bubônica, em Hong Kong, que levou, em média, cinco anos para atingir o território brasileiro (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020). Ornell *et al.* (2020) pontuam que as doenças infecciosas não estão limitadas ao nosso século, mas que, durante toda a história da humanidade, é possível identificar esses agentes patológicos. A diferença está, justamente, nas formas de organização de cada período histórico. A globalização, segundo os autores citados anteriormente, foi um dos processos que potencializou a disseminação e o agravamento súbito das doenças infecciosas mais recentes. Outro fator importante que potencializou e resultou em uma maior e mais rápida contaminação entre os povos foram as principais revoluções, as quais culminaram em significativas mudanças, principalmente, no aumento populacional, revoluções essas, consecutivamente, a Revolução Agrícola, a Revolução Industrial e a Revolução Informacional (SENHORAS, 2020).

Por isso, a Covid-19, com seu alto teor de contaminação e manifestações causadas, é resultante de um sistema econômico e social globalizado e trouxe a urgência do atual momento ser considerado um período de emergência pandêmica. É importante, porém, observarmos, conforme Souza (2020) descreve, que nem todas as doenças infecciosas se tornaram ou se tornarão epidemias, pois os fatores biológicos, os potenciais de contaminação, os estudos já realizados sobre o vírus e as condições de imunidade da população estão diretamente atrelados ao contágio e à contaminação em massa. Isso nos demonstra, mais uma vez, que as condicionantes sobre a dinâmica vivencial dependem da economia, do momento histórico, dos avanços tecnológicos, do regime governamental, das relações sociais e da cultura vigente (SOUZA, 2020).

Para que haja uma melhor compreensão, discorreremos brevemente sobre as diferenças entre pandemia e epidemia e como elas vêm se apresentando no decorrer da história. Segundo Terra (2011) e Klein (2015), a palavra pandemia está relacionada às doenças que atingem vários

territórios e pessoas ao mesmo tempo, sendo considerada uma doença infecciosa e contagiosa que se manifesta de forma intensa por vários países e regiões completas. Já a palavra epidemia é utilizada quando uma doença “se propaga com rapidez, afetando temporária e simultaneamente um grande número de pessoas de uma mesma população” (TERRA, 2011, p. 381). Diferentemente da pandemia, a epidemia está relacionada ao contágio da doença em um espaço mais limitado, ou seja, a contaminação se dá de forma territorial e/ou regional. Ao analisar os contextos de pandemia, Bittencourt (2020) e Senhoras (2020) descrevem que a alteração das definições de um período epidêmico para o lócus pandêmico está relacionado ao alcance da doença de forma extensiva, na maioria dos casos, a nível global. Há, como exemplo, as primeiras pandemias registradas em meados do século XIV: peste bubônica, também, conhecida como Peste Negra; Gripe Espanhola (1918), além das mais recentes, como a Gripe Suína H1N1 (2009), Poliomielite (2014), Ebola (2016 e 2018), Zikavírus (2016) e o novo coronavírus Covid-19 (2020).

Quando pensamos em uma pandemia, precisamos nos remeter ao contexto social, econômico e político em que ela se propaga. O Brasil é um país que vem se constituindo sob o domínio da organização capitalista que além de promover a distribuição de renda de forma diferente e desigual para os grupos sociais, também contribuiu para a propagação das relações de acesso e consumo desiguais, o que, conseqüentemente, infere sobre a criação e manutenção das vulnerabilidades (ANDRADE; PINTO, 2017). Os autores Villar e Ribeiro (2007 *apud* ANDRADE; PINTO, 2017) nos levam a pensar que a sociedade pós-industrial é uma sociedade de alta produção, que menospreza os fatores de seguridade e valorização da vida, sobressaindo a produção de riquezas nas mãos de uns e a alta jornada de trabalho com conseqüências na saúde daqueles que vendem a sua mão obra. Os autores Andrade e Pinto (2017), ao escreverem sobre os riscos ambientais, discutem que eles não atingem a população de uma forma igualitária, pelo contrário, o reflexo das desigualdades e vulnerabilidades inflige diretamente na maneira como algumas pessoas estão mais expostas do que outras, havendo uma grande lacuna no acesso às informações, aos locais para abrigo e proteção, além de recursos básicos de sobrevivência. Essa afirmação nos leva a compreender que o Brasil, um país com um alto índice de pobreza e reprodutor

das diversas formas de exclusão social, frente a uma pandemia, recolocará as pessoas em situação de vulnerabilidade expostas a maiores riscos de contaminação, morte e precarização pela Covid-19.

PANDEMIA E O DESVELAMENTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS

Para percebermos as vulnerabilidades que se manifestam de forma ainda mais intensa nos períodos de pandemia, é imprescindível caracterizar as diferenças que se estruturam entre desigualdade, risco e vulnerabilidade. Como nos aponta Correa (2019), a desigualdade se apresenta como resultado de uma hierarquia complexa. Esse autor justifica essa hierarquia pelo fato de as relações sociais serem perpassadas por fatores culturais e políticos, e a forma como essas relações vão se estabelecendo, assim como a integração social se constituindo ao longo da história, resulta em uma distribuição desigual de poder, formando uma rede hierárquica de submissão e controle constantes, fazendo com que as formas de se acessar e consumir não sejam iguais para todas as pessoas, pelo contrário: os diferentes grupos acessam e vivenciam as situações de formas desiguais. Santos (2009) contribui ao citar os elementos que caracterizam a desigualdade social no cenário brasileiro e que corroboram para o seu aumento gradual, a iniciar pelo sistema colonial que fomentou a escravidão e a exploração, afirmando as relações de poder e submissão, bem como a progressão do sistema patriarcal e etnocêntrico. Santos (2009) também elenca os processos construtivos que foram integrados à desigualdade social, pois, com a abolição da escravatura, aliada aos novos meios de produção, assim como o aumento populacional e a expansão territorial, trouxeram-se novas implicações para as relações do mercado de trabalho, que passou a ser subdividido entre a mão de obra imigrante e os donos do capital; resultando na concentração de riquezas à classe burguesa, ou seja, uma desigual distribuição de renda que diretamente fortalece as demais desigualdades. Isso fica evidente quando a autora reforça que aqueles que, antes, eram marcados pela escravidão, agora, são colocados à margem, juntamente com todos que são afetados pelas desigualdades históricas e contemporâneas (SANTOS, 2009).

A pobreza pode ser entendida como resultado de uma distribuição ou acesso desigual

à renda e que gera situações de vulnerabilidade social. Os autores Moura, Ximenes e Sarriera (2014) trazem importantes contribuições para discorrermos sobre as concepções de pobreza no contexto brasileiro e as implicações contidas nos discursos ideológicos que fomentam inúmeros processos de fatalismo e culpabilização do sujeito por sua situação de pobreza. Conforme discorrem os autores, a pobreza no Brasil é marcada por uma construção histórica e social — desde o povoamento do Brasil por habitantes oriundos de Portugal, que eram considerados pessoas de origem pobre e marginalizadas, até as negligências e a não inclusão, no acesso ao mercado de trabalho, dos escravos postos em liberdade (MOURA; XIMENES; SARRIERA, 2014). Envolve fatores muito complexos, a iniciar pelo conceito de pobreza, que pode ser definido de forma distinta pelas mais variadas ciências. Os autores voltam a problematizar que as vulnerabilidades das pessoas em situação de pobreza não estão restritas ao âmbito econômico, mas se estendem para processos de violência institucional e territorial: a não inclusão no mercado de trabalho, resultando no aumento do trabalho informal que limita o acesso às leis trabalhistas e os demais direitos inclusos na compra e venda de mão de obra; moradias não regulamentadas e sem os devidos recursos mínimos, como água potável e saneamento básico, enfim a situação de pobreza não só reforça as desigualdades como, também, expõe as pessoas pobres a vários espaços de vulnerabilidade.

As autoras Carmo e Guizardi (2018), ao conceituarem vulnerabilidade social, demonstram que esta não pode ser entendida somente pela perspectiva da desproporção no acesso à renda, muito mais complexo que isso, vulnerabilidade emite as consequências de vínculos familiares rompidos ou fragilizados, acesso ou não acesso a novas possibilidades de se apresentar no mundo, até as formas com que os serviços públicos chegam aos grupos considerados vulneráveis. As autoras fazem críticas às concepções ainda recentes de vulnerabilidade como representadas no âmbito individual ou limitada à grupos específicos, que, por volta do ano de 1980, passou a ser repensada durante a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), em que se pôde observar que fatores sociais, culturais e econômicos estavam relacionados ao grau de infecção de forma mais intensificada do que a concepção individualizante.

Como nos descreve o Conselho Federal de Psicologia (2012), por ser uma somatória

de fatores, a vulnerabilidade social pode ser intensificada quando vinculada aos eventos que violem os direitos dos sujeitos. Como, por exemplo, uma pessoa que faz uso abusivo de álcool e outras drogas, pessoas em situação de sofrimento mental, crianças expostas ao trabalho infantil e famílias que vivenciam a violência doméstica, esses são grupos que têm os seus direitos violados em diversas instâncias, e, por isso, sua situação de vulnerabilidade é agravada (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Como mencionado anteriormente sobre o contexto da epidemia da Aids, Carmo e Guizardi (2018) trazem a importância da revisão do conceito de grupos de riscos que, até então, era o único a ser implementado no contexto da saúde. Diante dos fatores de riscos, podemos compreender que são:

[...] aquelas cujas condições ou variáveis provocam efeitos negativos ou indesejáveis, ou até mesmo comportamentos que comprometam a saúde e o bem-estar do indivíduo [...] comportamento de risco pode ser definido como ações ou atividades que aumentam a probabilidade de consequências adversas para o desenvolvimento psicossocial (SCOTT *et al.*, 2018, p. 603).

Outra diferenciação relevante para compreendermos o fenômeno vulnerabilidade está no âmbito da exclusão social; esta remete ao conjunto de precarizações e processos de exclusão produzidos na contemporaneidade por meio das relações sociais (SCOTT *et al.*, 2018). Segundo os autores citados anteriormente, atualmente, o termo exclusão social foi substituído pelo conceito de vulnerabilidade social; este, por sua vez, é caracterizado por sua multidimensionalidade que expõe grupos e pessoas como desfavoráveis quando comparados a outras parcelas da população.

Pensando em tudo que fora abordado sobre os conceitos de vulnerabilidade social e sua correlação com a pandemia da Covid-19, podemos perceber que esta tem ampliado ainda mais as situações de vulnerabilidade nos seus mais diversos âmbitos. A iniciar pelos primeiros casos de contaminação no Brasil, segundo Estrela *et al.* (2020), estes casos, a princípio, foram notificados pelas pessoas consideradas pertencentes à classe alta, que, por meio de viagens internacionais, tiveram contato com o vírus, e, ao retornarem ao Brasil, ele

se espalhou rapidamente. Como exemplo, temos o primeiro caso de contaminação notificado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro de 2020: tratava-se de uma brasileira que havia viajado para a Itália e retornado ao nosso país.

Um dado curioso que Estrela *et al.* (2020) nos apresentam são os primeiros casos de Covid-19 nos territórios brasileiros: embora esses casos tenham sido declarados às pessoas favorecidas economicamente, uma rápida disseminação do vírus em favelas, periferias e bairros suburbanos começou a se instalar no Brasil. Algo que fica evidente e que Estrela *et al.* (2020) também observam é que as profissões de empregada doméstica, entregadores de delivery, motoristas de aplicativo, entre outros, são serviços oferecidos, em sua grande maioria, aos bairros nobres e às pessoas ricas, expondo esses trabalhadores de forma intensa à contaminação do vírus. Levando em consideração que os primeiros contaminados foram moradores de bairro nobre, além da contradição das chamadas “quarentenas”, que, para os trabalhadores citados anteriormente, não aconteceu efetivamente — na realidade, eles trabalharam ainda mais, visto que os seus serviços foram demandados pela burguesia que ficou em suas casas —, conclui-se que a contaminação populacional teve o seu início com as pessoas economicamente favorecidas, seguindo para aquelas de baixa renda que ofertavam os seus serviços.

MEDIDAS DE CONTENÇÃO DA PANDEMIA E A EXACERBAÇÃO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS

Quando decretada a situação de emergência em saúde pública por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), medidas de prevenção para diminuir a transmissão do vírus da Covid-19 começaram a ser implementadas no Brasil. Como nos apresentam os autores Aquino *et al.* (2020), entre essas medidas, estão o isolamento social, campanhas de informação sobre a importância de lavar as mãos constantemente, uso do álcool em gel e de máscaras, além de leis e decretos municipais, estaduais e federais como, por exemplo, a lei nº 13.979/2020, de 6 de fevereiro de 2020, visando à contenção comunitária no fechamento de escolas, serviços não essenciais, incluindo a recomendação do distanciamento social ao evitar qualquer tipo de aglomeração ou circulação de pessoas em espaços públicos e privados, conforme a realidade de cada

Estado e/ou Município (BRASIL, 2020).

Trazemos, a seguir, as vulnerabilidades sociais que foram exacerbadas neste período de pandemia, a iniciar pelas medidas de distanciamento social. Antes de nos aprofundarmos nos assuntos relacionados à contenção comunitária, faz-se necessário caracterizarmos os diferentes conceitos empregados para informar a população. Quando pensamos em distanciamento social, Duarte *et al.* (2020) descrevem-no como uma estratégia para diminuir a propagação da doença entre a população de forma geral, evitando, assim, a proximidade ou o contato físico entre as pessoas; já o isolamento social, segundo o autor, é aplicado quando pretende-se isolar a pessoa que contraiu o vírus das demais pessoas não contaminadas ou assintomáticas; e, por fim, quarentena remete a um conceito aplicado nos casos em que há o interesse pela diminuição da circulação de pessoas em espaços públicos e privados, principalmente, daquelas consideradas grupos de risco ou que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (DUARTE *et al.*, 2020).

Levando em consideração o isolamento social, este trouxe a intensificação de muitos desafios já existentes. Os autores Aquino *et al.* (2020) problematizam as dificuldades para efetivação do isolamento social, bem como o aumento acelerado das contaminações pela Covid-19 no Brasil, informando sobre os reflexos que a desigualdade social e as situações de vulnerabilidade demonstram de forma ainda mais evidente neste período de pandemia, a começar pelo aumento de casos de violência doméstica, incluindo, nesse sentido, crianças e adolescentes presenciando essas violências de forma ainda mais recorrente, devido às instituições educacionais estarem temporariamente fechadas. Segundo Marques *et al.* (2020), cerca de 1,5 bilhão das crianças e adolescentes, em um panorama mundial, estão temporariamente sem frequentar o ensino escolar presencial devido às novas medidas de distanciamento e isolamento contra a Covid-19, obrigando-as a passarem a maior parte do tempo dentro do contexto doméstico. Este contexto e o familiar são os locais em que os índices de violência doméstica mais prevalecem: segundo os autores Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), 25% a 50% das mulheres já sofreu ou está sofrendo violência doméstica. Os autores ainda transitam sobre as multidimensionalidades que a violência doméstica provoca, uma delas é a situação de vulnerabilidade social que, para além dos danos físicos e psicológicos, interfere em toda dinâmica

vivencial da vítima.

O contexto da violência doméstica é agravado no período da pandemia da Covid-19, considerando a diminuição de contato com pessoas externas ou família extensa. Marques *et al.* (2020) demonstram que houve um aumento nas denúncias de violência contra a mulher no Ligue 180 no período da pandemia. No mês de março, o número de ligações cresceu em 17%; no Rio de Janeiro, o número aumentou 50%, segundo o Ministério Público Estadual — inclusive, esse número foi constatado como relativo apenas ao primeiro final de semana em que os decretos de distanciamento social foram elaborados — ; ainda, o Paraná registrou um aumento de 15% de denúncias à Polícia Militar de violência contra mulher no início das medidas de distanciamento (MARQUES *et al.*, 2020).

Conforme os autores Vieira, Garcia e Maciel (2020) descrevem, isso se dá pelo aumento da hipervigilância no uso das redes sociais e das restrições de contato externo, conflitos financeiros causados pelo desemprego ou diminuição da renda familiar e as demais tensões causadas pelo isolamento, que desencadeiam as estruturas dos papéis sociais construídos historicamente e que colocam a mulher como inferior ao homem. Tais atributos citados pelos autores nos afirmam que essas manifestações não estão relacionados, exclusivamente, à pandemia, mas ao conjunto de modelos e papéis sociais já anteriormente estabelecidos e que se mostram intensificados quando aplicadas as normas de isolamento social da atual pandemia (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

A pandemia da Covid-19 também trouxe maiores dificuldades no acesso às políticas públicas e de assistência social. A Fiocruz (2020a), em uma de suas cartilhas produzidas sobre saúde mental e atenção psicossocial na pandemia de Covid-19, traz que questões de desproteção social são evidenciadas neste período. Uma enorme lacuna se forma quando, por um lado, temos discursos que afirmam a obrigatoriedade de máscaras, distanciamento e medidas de higiene preventiva, e, não muito distante, outra vertente já instalada se movimenta, aquela em que as pessoas não têm moradia fixa ou de qualidade, famílias e pessoas privadas de liberdade que, aglomeradas, dividem pequenos espaços, e pessoas que obtêm seu sustento por meio de trabalhos informais que não asseguram direito de afastamento caso

ocorra suspeita de contaminação pela Covid-19 (FIOCRUZ, 2020a).

Para compreendermos a urgência e a diferença de cada grupo no enfrentamento da pandemia, os autores Carvalho, Santos e Santos (2020) escrevem que “até o dia 11 de maio de 2020, havia 603 casos de COVID-19 confirmados em prisões brasileiras, resultando em 23 óbitos. Com apenas 20 dias, os números saltaram de 1 para mais de 100 [casos confirmados]”. Além da vulnerabilidade a que as pessoas privadas de liberdade estão expostas, os autores citados anteriormente observam que, dos 603 casos notificados, 444 são notificações advindas do Complexo Penitenciário da Papuda, que é localizado no Distrito Federal. Esse Complexo é onde se encontram abrigados muitos políticos acusados e criminosos de alto poder aquisitivo, o que denuncia que há uma maior verba neste local para a aquisição de testes rápidos para Covid-19; identificando uma desigualdade existente em nosso país e que fica mais evidente frente a uma pandemia (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020).

A questão da mobilidade também foi afetada, pois, como os autores Minayo e Freire (2020) nos descrevem, não se pode dizer que a pandemia está sendo sentida por todos da mesma forma, e, por isso, não é considerável estarmos “todos no mesmo barco”. Quando pensamos nas medidas restritivas que incluem o fechamento das rodovias e fronteiras, além da diminuição da circulação de transportes coletivos, os autores anteriormente citados contribuem ao comentar que as pessoas em situação de vulnerabilidade social, em sua grande maioria, acessam salários baixos e possuem uma renda familiar escassa, o que incide em pouco acesso a meios alternativos para se locomover que não o transporte público.

Além disso, compreender a desigualdade social no Brasil significa compreender que o acesso aos serviços de saúde, os recursos necessários para proteção contra a Covid-19 e a realização do isolamento social não são possíveis para todos os brasileiros (MINAYO; FREIRE, 2020). Em um estudo realizado no município de Salvador, na Bahia, os autores Natividade *et al.* (2020) trazem que, após comparativo de adesão ao isolamento social, observou-se que os bairros periféricos e com índice de maior pobreza foram os locais onde o isolamento social recebeu menor adesão, isso também se aplica aos números de casos confirmados, que notoriamente foram mais altos nos

municípios que contêm um índice de vulnerabilidade exacerbado. Os autores anteriormente citados também identificam as dificuldades das pessoas em situação de vulnerabilidade, relacionando-as ao trabalho informal como complementação da renda familiar, expondo essa camada da população a uma maior insegurança financeira e outros prejuízos sociais (NATIVIDADE *et al.*, 2020).

Schwarcz (2020), em seu livro *Quando Acaba o Século XX*, expõe algumas vulnerabilidades que foram escancaradas com a pandemia do novo coronavírus. A autora dialoga sobre o ser mulher e os contrastes evidentes quando falamos em gênero e classe social. A autora questiona se mulheres de classe média e mulheres da periferia, mulheres brancas e mulheres negras estão vivenciando o período pandêmico nos mesmos lócus e com as mesmas prioridades. Ela prossegue trazendo exemplos das equipes que estão na linha de frente ao enfrentando da Covid-19, que são, em sua maioria, mulheres negras que atuam como enfermeiras. Além dos recursos serem escassos, somados à crescente jornada de trabalho, as pessoas negras são as que mais têm sido contaminadas e que perdem suas vidas por negligências já existentes.

Os autores Dal’Bosco *et al.* (2020) citam os dados de profissionais em saúde que atuam como enfermeiros no estado da Bahia: 85% da equipe é composta por mulheres. Ao problematizarmos esse fato, notam-se as questões de gênero associadas às funções laborais, em que, historicamente, o cuidado do lar, dos filhos e dos idosos era atribuído às mulheres; atualmente, muitas mulheres enfrentam altas horas de jornada de trabalho formal e, ao retornarem para suas casas, também são elas as responsáveis pelas atividades domésticas, pela atenção aos integrantes da família, entre outras funções (DAL’BOSCO *et al.*, 2020).

Um discurso que tem se tornado popular na mídia e que é problematizado pela autora Schawarcz (2020) é o “novo normal” e o “fique em casa”. A autora traz reflexões que nos permitem identificar a denúncia de uma completa desigualdade, em que uns têm seus cômodos privados e usufruem deliberadamente da internet, e, por outro lado, famílias inteiras que sequer têm acesso à moradia, água potável e saneamento básico. Diante disso, a autora conclui que as mortes das mulheres, em especial, as mulheres negras, não podem ser analisadas de forma limitada às causas da Covid-19, mas que são o resultado de uma somatória de fatores já consolidados e que apenas confirmam a

discrepância na igualdade de acesso e direitos nos territórios brasileiros.

Para compreendermos de forma mais aprofundada as implicações no conceito de raça e os motivos que levam as pessoas negras a estarem mais vulneráveis, Lima *et al.* (2019) trazem reflexões importantes acerca do tema que, aliás, não é recorrente apenas em nosso século, mas resultado de uma longa história de exploração e exclusão desde o seu início, no século XVI. Segundo os autores citados anteriormente, o termo raça provém de diversas ressignificações em cada período histórico e de acordo com cada cultura.

Ao focar no racismo, este tem suas raízes no interesse da sociedade branca europeia em classificar as diferenças entre os continentes sob a ótica de uma hierarquização de raças, ideias fortemente reproduzidas e ainda mantidas pela ciência, logo disseminadas e afirmadas na noção de superioridade da classe branca e de inferioridade dos povos negros, indígenas e asiáticos; o que traz consequências que são perceptíveis quando o racismo contribui para a legitimação da escravidão e a manutenção da desigualdade de acesso e inclusão aos diversos espaços sociais (LIMA *et al.*, 2019). Isso se torna evidente quando os autores analisam que as notificações de violência em seus mais variados tipos — exploração, desemprego, analfabetismo, encarceramento, uso abusivo de drogas ilícitas, entre outros — são recorrente na população negra. Diante dos dados apresentados, podemos observar que o racismo não nasce da ordem individual, mas, conforme Lima *et al.* (2019, p. 26) se referem, “[...] o racismo é uma construção social com fins políticos [...] na discriminação com base na cor, religião, etnia, origem e ascendência”.

Em uma reportagem à Revista Radis, Stevanim (2020) aponta sobre as orientações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) em relação às populações consideradas como vulneráveis perante a pandemia. Entre os diversos públicos citados estão os povos indígenas e as pessoas em situação de rua. Diante do que é apresentado, o autor faz reflexões acerca do que há de comum entre essas pessoas e tantas outras, como os moradores da favela e periferia, ribeirinhos e refugiados, concluindo que essas são populações que se encontram à margem da sociedade, colocados sob a exclusão que remete às causas culturais, socioeconômicas e demográficas e onde habitam as desigualdades no acesso aos seus direitos.

Souza (2020) continua discorrendo sobre os fatores que levaram a contaminação pelo novo coronavírus a ser considerada, de forma abrupta, uma pandemia. Entre esses fatores, está o capitalismo contemporâneo. Na busca por eliminar as fronteiras e expandir o capital, esse sistema econômico possibilita a disseminação pandêmica da Covid-19, pois, como Cobo *et al.* (2014) expõem, o capitalismo, em sua constante manutenção, trouxe mudanças que afetam direta e indiretamente a sociedade contemporânea que, nesse ciclo, produz a desigualdade, assim como a distribui e fornece subsídio para sua conservação. Os autores ainda citam alguns exemplos, entre eles, a instabilidade de empregos e salários, modificações cada vez mais intensas nos modos de consumo e acumulação de bens, precarização no âmbito da proteção social ao realizar as privatizações, resultando no aumento do individualismo e das noções de meritocracia (COBO *et al.*, 2014).

Diante de tudo anteriormente exposto, podemos dialogar com Farias e Leite Junior (2020) que afirmam que, na situação de pandemia da Covid-19, houve um aumento da vulnerabilidade social de pobreza e riscos sociais em pessoas que estão à margem da sociedade, e isso se associa à fragilidade do desemprego e, conseqüentemente, a situações de crise econômica no país, atingindo a população mais vulnerável. A pandemia do novo coronavírus reforça as desigualdades na população mais suscetível, contribuindo para as situações de pobreza, exclusão social, não acesso efetivo aos serviços públicos, entre outras interferências que limitam, incidem e reforçam as vulnerabilidades (FARIAS; LEITE JUNIOR, 2020).

PANDEMIA E A SAÚDE MENTAL

Os conceitos de saúde são amplos e passaram por muitas modificações ao longo dos tempos. Conforme Scliar (2007) descreve, o entendimento do que é saúde reflete nas esferas social, econômica, política e cultural, sendo os significados atribuídos distintamente para cada pessoa e/ou comunidade. O autor ainda expõe que a espécie humana, historicamente, encontrou diversas formas para lidar com as doenças, desde as concepções mágico-religiosas, em que a doença era um castigo divino, e a saúde representada como uma dádiva até a introdução dos primeiros aspectos racionais da medicina postulados por Hipócrates.

A partir de 1947, a Organização Mundial da Saúde define o termo saúde como referente a um completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas à ausência de doença (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007). Essa definição, ainda segundo os autores, norteia, atualmente, o entendimento de que as condições sociais têm significativa influência sobre a saúde dos indivíduos; e, ao considerar esses fatores, podemos observar que alguns estariam mais submetidos a situações de risco e vulnerabilidade do que outros, a depender das condições sociais e de acesso que afetam diretamente a saúde.

Ao compreendermos que a saúde, em seus diversos âmbitos, é representada de forma distinta, mas que, em seu seio, traz o reflexo cultural, social, histórico e político de cada período, dedicar-nos-emos a investigar sobre as conseqüências da pandemia causada pelo coronavírus na saúde mental da população, em especial, das pessoas em situação de vulnerabilidade social que tiveram suas vidas ainda mais afetadas pelo atual momento.

Assim que a Organização Mundial da Saúde decretou, no dia 11 de março de 2020, o alerta mundial sobre a doença Covid-19, causada pelo coronavírus, uma turbulência de informações midiáticas se iniciou no mundo todo, e medidas restritivas para aglomerações de pessoas foram sendo adotadas pelos governos. Duarte *et al.* (2020) realizaram uma pesquisa com alguns moradores do Rio Grande do Sul sobre os possíveis impactos que a pandemia da Covid-19 poderia causar na saúde mental da população. Os resultados da pesquisa demonstraram que alguns fatores proporcionam diretamente a incidência de agravos para saúde mental dos entrevistados, entre estes fatores, estão: o acesso constante a informações sobre as mortes causadas pelo coronavírus; fazer parte dos considerados grupos de risco; perda do trabalho ou diminuição da renda familiar; ser anteriormente diagnosticado com algum tipo de transtorno mental.

Em uma pandemia, o medo aumenta os níveis de ansiedade e estresse em indivíduos saudáveis e intensifica os sintomas daqueles com transtornos psiquiátricos pré existentes. Durante as epidemias, o número de pessoas cuja saúde mental é afetada tende a ser maior que o número de pessoas afetadas pela infecção. Tragédias anteriores mostraram que as implicações para a saúde mental podem durar mais tempo e ter maior

prevalência que a própria epidemia e que os impactos psicossociais e econômicos podem ser incalculáveis se considerarmos sua ressonância em diferentes contextos (ORNELL *et al.*, 2020, p. 2).

Considerando que a nossa geração nunca vivenciou um outro período pandêmico semelhante a este, além das consequências frequentes da globalização e dos moldes capitalistas, há de se verificar todos os agentes inusitados que se apresentam e atingem diretamente a saúde mental da população. É diante disso que a Fiocruz (2020b), em sua cartilha intitulada *A Quarentena na Covid-19: orientações e estratégias de cuidado*, descreve que a pandemia tem causado mudanças abruptas na rotina da população, e essas mudanças, por serem inesperadas e sem uma solução prontamente à disposição, causam diversos sofrimentos psíquicos e inseguranças. Os conteúdos da cartilha ainda se prolongam em citar as interações sociais como diretamente relacionadas ao bem-estar social e psicológico, logo a sua diminuição gera sentimentos de solidão, desesperança, sensação de abandono, entre outros, chegando até as reações de estresse, ansiedade, depressão e medo excessivo da morte (FIOCRUZ, 2020b).

Os autores Duarte *et al.* (2020) ainda informam que a saúde mental passa por novos contornos com a pandemia, além da ansiedade e depressão que estão sendo desencadeadas, os prejuízos financeiros e as informações deliberadas acerca das consequências presentes e futuras causadas pela pandemia são um dos fatores que mais tem atingido a saúde mental dos brasileiros. Ao falarmos sobre prejuízo financeiro, Dal’Bosco *et al.* (2020) colocam que o trabalho já não é apenas um meio de sustento das necessidades básicas de sobrevivência, ele já faz parte de nossas vidas, é um local onde estabelecemos vínculos e relações que afetam diretamente nossa saúde mental. Dessa forma, assim como ambientes tóxicos e altas jornadas de trabalho podem desencadear transtornos mentais, a falta do trabalho e das relações ali estabelecidas podem incidir sobre a saúde mental da população trabalhadora (DAL’BOSCO *et al.*, 2020). Os autores Estrela *et al.* (2020) pontuam que a pandemia da Covid-19 explanou a vulnerabilidade social, consequentemente, atingindo a saúde mental das pessoas que experienciam o trabalho informal, as condições precárias de moradia e dificuldades para acessar os serviços de saúde.

Quando observamos as divergências em relação ao enfrentamento da pandemia, o âmbito biológico e físico não estão desatrelados do contexto social. Isso não significa que o vírus tem preferência sobre qual público será mais contaminado, mas os impactos dessa contaminação são sentidos e vividos de maneiras diferentes, desde o acesso às medidas de prevenção até os recursos para diminuir o agravamento da doença (ESTRELA *et al.*, 2020). Os autores ainda problematizam a implicação que o preconceito e a vulnerabilidade exercem sobre a saúde mental, quando, por exemplo, uma pessoa em situação de rua acessa um serviço de saúde com suspeita de Covid, quais são as possibilidades de isolamento e cuidados necessário que essa pessoa terá? Há algum apoio familiar a que eles possam recorrer? Que sentimentos de exclusão são somados a este período? Esses questionamentos nos fazem refletir também sobre as medidas de isolamento e distanciamento social e as suas consequências na saúde mental da população.

Para isso, os autores Carvalho, Santos e Santos (2020) dialogam sobre as pessoas em privação de liberdade e sua correlação com o período pandêmico. Diferentemente das aglomerações voluntárias do dia a dia, a população carcerária sofre com a aglomeração em circunstâncias deploráveis em muitos presídios. Algo em comum, se é que podemos assim dizer, são os impactos que o isolamento pode causar na saúde mental. Esses autores nos levam a pensar nas consequências dessas vulnerabilidades para a saúde mental, como, por exemplo, sentimentos de impotência frente à aglomeração e não disponibilidade de locomoção, visitas carcerárias que foram limitadas, uma exposição maior ao contágio, seguido do agravamento dos sintomas, até chegar ao medo de adoecer sem uma assistência em saúde de qualidade, agregado ao sentimento de insegurança quanto às famílias que estão em liberdade (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020).

Para compreendermos a complexidade da vulnerabilidade social e como ela atinge a saúde mental, as autoras Moreira e Sousa (2012) descrevem que as pessoas em situação de vulnerabilidade são limitadas em suas possibilidades de acesso a espaços de lazer e cultura, além de escolas e outros locais públicos. Considerando as novas medidas de enfrentamento à Covid-19, essas pessoas que, antes, já não transitavam por todos esses espaços, agora, encontram-se ainda mais excluídas e limitadas, o que influi diretamente em sua saúde mental.

Quando pensamos de forma mais aprofundada nas situações de vulnerabilidade causadas pela violência doméstica, esta reforçada pela pandemia, podemos visualizar alguns agravos e consequências, que, segundo os autores Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), colocam as mulheres e as demais vítimas do ambiente da violência doméstica como vulneráveis e suscetíveis a outras situações de risco, como uso abusivo de álcool e outras drogas, aumento do suicídio, crises depressivas e de ansiedade, além de encontrarem dificuldades para discernir as situações de violência que estão sofrendo.

Os autores Kabad *et al.* (2020) nos apresentam três aspectos presentes na atual pandemia que devem ser considerados por profissionais de Psicologia formados ou em formação e que influem diretamente na saúde mental, são eles, respectivamente: a preocupação com a prevenção dos impactos da pandemia na saúde mental da população em geral; o cuidado com as pessoas que já são diagnosticadas com algum tipo de doença mental e a possível piora destes casos; e a atenção aos profissionais de linha de frente ao enfrentamento do coronavírus; todos estes sob a perspectiva psicossocial. Kabad *et al.* (2020) nos confirmam, ainda, que o sofrimento mental sempre existiu, porém ele é potencializado na somatória de fatores, incluindo aqueles fora do nosso controle, como é o caso de uma pandemia inesperada. A possibilidade de morte, presenciar as pessoas adoecendo, isolar-se, insegurança quanto ao trabalho e a dificuldade em conseguir manter uma renda que possa cobrir os gastos são fatores externos e internos que, juntos, afetam a nossa saúde mental, ora nos deixando cautelosos e alerta, ora nos amedrontando e adoecendo (KABAD *et al.*, 2020).

Como os autores Zwielewski *et al.* (2020) nos orientam, a gravidade dos impactos causados pela pandemia na saúde mental nos dá a oportunidades de (re)pensarmos as estratégias de orientação, prevenção, cuidado e tratamento que envolvem a saúde mental da população. Para além do acolhimento imediato às queixas e demandas trazidas durante a pandemia, o trabalho da Psicologia deve se estender para o pós-pandemia, um novo protocolo de intervenção deve ser planejado juntamente com os usuários de nossos serviços e equipe especializada, não somente visando às consequências da pandemia, mas, também, um trabalho que esteja ainda mais capacitado para atender às situações de

emergência, calamidade ou novas crises globais no que se refere à escuta, ao acolhimento, à elaboração de serviços em saúde e demais intervenções que sejam cabíveis ao trabalho da Psicologia nestes espaços (ZWIELEWSKI *et al.*, 2020).

Como apresentado, as situações de emergência, calamidade, desastre, entre outros fenômenos, estarão cada vez mais presentes em nossos territórios e continuarão nos afetando enquanto seres sociais. Diante disso, a Psicologia necessita debruçar-se sobre esses novos contornos que exigem da profissão um (re)inventar-se. Inclusive, já podemos visualizar essas novas modalidades presentes nos atendimentos psicológicos on-line, que, somente na plataforma e-psi, teve um aumento na procura em 800% (VIANA, 2020).

Um ponto abordado pelos autores Danzmann, Silva e Guazina (2020) e que merece a nossa atenção são os estigmas aos quais nós, da Psicologia, precisamos nos atentar para não reproduzirmos, como, por exemplo, identificarmos os usuários de nossos serviços como “vítimas do coronavírus ou coronavírus positivo”. Nesses casos, é importante nos referirmos a eles como pessoas que estão em situação de sofrimento ou adoecimento causados pela doença, principalmente, quando retomamos que um dos trabalhos essenciais no período da pandemia tem sido o da Psicologia no contexto hospitalar. Diante de tudo que foi exposto, os autores Danzmann, Silva e Guazina (2020) contribuem para finalizarmos essa reflexão, demonstrando que o suporte psicológico é fundamental para vítimas, familiares e todos aqueles que necessitarem desses serviços durante uma situação complexa como tem sido o caso da Covid-19, portanto é imprescindível a elaboração de um trabalho psicológico presente nas fases pré, inter e pós-pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a caracterizar a pandemia da Covid-19 com o intuito de perceber as suas implicações diante da população em situação de vulnerabilidade social, bem como sobre os impactos na saúde mental dessa população. Os estudos demonstraram que é preciso compreender as vulnerabilidades nos diversos contextos em que ela se apresenta, intensifica-se e é reprodutora de outras vulnerabilidades, a fim de pensarmos as influências que a pandemia provocou nos corpos

das pessoas mais vulneráveis.

As reflexões, realizadas com base na literatura utilizada para elaboração do presente trabalho, revelaram que a Covid-19, enquanto uma doença infecciosa, começou a se espalhar entre as pessoas no final do ano de 2019. Já em março de 2020, passou a ser considerada uma pandemia, interferindo intensamente sobre o comportamento do indivíduo e da sociedade em geral. Além disso, uma das peculiaridades observadas na pandemia contemporânea são os seus altos níveis de propagação e contaminação intensificadas, capazes de, em poucos dias, levar à divulgação de um alerta mundial (SOUZA, 2020).

Outro fator importante e que ampliou a visão acerca da gravidade da contaminação pela Covid-19 foram as fortes influências que a globalização vem desempenhando em nossa sociedade, pois foi um dos processos que potencializou a disseminação e o agravamento súbito das doenças infecciosas mais recentes, em principal, a Covid-19, resultando em uma maior e mais rápida contaminação entre os povos (ORNELL *et al.*, 2020). Isso se deve às principais revoluções, as quais culminaram em significativas mudanças, principalmente, no aumento populacional, além das questões de mobilidade, exportação dos mais variados tipos, viagens internacionais, entre outras formas de organização que facilitam e contribuem para a propagação mais rápida das doenças infecciosas (SENHORAS, 2020).

Tornou-se relevante a necessidade de que, ao pensarmos em uma pandemia, remetamo-nos ao contexto social, econômico e político em que ela se propaga. No contexto brasileiro, este é um país que vem se constituindo sob o domínio da organização capitalista que além de promover a distribuição desigual de renda, também contribui para a propagação das relações de acesso e consumo desiguais, o que, conseqüentemente, infere sobre a criação e manutenção das vulnerabilidades. Além disso, durante a pandemia, o Brasil passou por muitas negligências por parte da gestão governamental, desde a troca e ausência de um ministro da saúde, até comentários e divulgações feitas pelo atual presidente, que depreciou as recomendações da Organização Mundial da Saúde e que aviltou a própria ciência.

Pode-se dizer que a pandemia trouxe um impacto para a sociedade, influenciando na situação econômica, social e política, levando a um agravamento para a saúde mental de muitos

brasileiros. Ao pensarmos nas múltiplas informações que a população recebeu constantemente sobre o novo vírus, somadas à sensação de impotência frente a uma pandemia que se instalava sem uma solução prontamente capaz de cessar as incertezas, atrelada à morte e ao adoecimento que foram ficando cada vez mais próximos da realidade de pessoas e grupos familiares. Percebemos, também, que acessar os serviços de saúde, realizar os testes para Covid-19 e proceder com um tratamento e uma recuperação apropriados não foram possíveis de acontecer com a mesma efetividade no caso das pessoas em situação de vulnerabilidade.

As medidas restritivas de isolamento e distanciamento social, fechamento do comércio, escolas e outras atividades públicas e privadas são novos processos de organização que foram sentidos de formas distintas pela população. Minayo e Freire (2020) contribuem nessa reflexão quando descrevem que o isolamento social e as demais medidas de contenção comunitária não foram possíveis de ser efetivamente adotadas por todos os brasileiros. Isso porque a pandemia da Covid-19 explanou a vulnerabilidade social que já era existente e, conseqüentemente, atingiu a saúde mental das pessoas que experienciam o trabalho informal, as condições precárias de moradia e dificuldades para acessar os serviços de saúde (ESTRELA *et al.*, 2020).

Para tanto, torna-se necessária a adoção de políticas públicas e socioeconômicas que possam causar um impacto considerável e com abrangência na vida das pessoas, principalmente, daquelas que foram mais atingidas devido à sua situação de vulnerabilidade, no que concerne à sua integração na rede de cuidado, possibilitando melhores condições de acesso, contribuindo para sua integridade física e mental em todos os níveis da atenção em saúde.

De modo semelhante, os psicólogos e psicólogas necessitam se reinventar, estar atentos às novas mudanças e conseqüências que a pandemia gerou e continuará gerando na população de forma extensiva. Devem estar atrelados às políticas públicas de assistência social, sendo presença profissional marcante na porta de entrada do Sistema Único de Saúde ou nos demais locais e serviços em que acessam as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Em suma, a vulnerabilidade social não foi apenas exacerbada com a chegada da pandemia,

ela nos revelou uma emergência de cuidado, atenção e garantia de direitos que as pessoas vulneráveis necessitam: são longos processos de não inclusão no mercado de trabalho, de não acesso à moradia e outras necessidades básicas de sobrevivência, que nos alertam sobre as consequências futuras que exigem a nossa atenção e atuação enquanto profissionais da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B.; PINTO, V. P. Os riscos, a vulnerabilidade ambiental e o estado capitalista: a proposta de uma educação ambiental como ato político. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 3, p. 207-225, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7232/4901>. Acesso em: 20 out. 2020.

AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020006702423&script=sci_arttext#aff1. Acesso em: 17 set. 2020.

BITTENCOURT, P. J. S. As pandemias na história. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/noticias/artigo-as-pandemias-na-historia>. Acesso em: 8 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 77-93, fev./mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2007.v17n1/77-93/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de

vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p.1-14, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

CARVALHO, S. G.; SANTOS, A. B. S.; SANTOS, I. M. A pandemia no cárcere: intervenções no super isolamento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3493-3502, set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903493&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 out. 2020.

COBO, B. *et al.* **Percepções sobre desigualdade e pobreza**: o que pensam os brasileiros da política social? Rio de Janeiro: Folio Digital, 2014. 195 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS. Brasília: CFP, 2012. 115 p.

CORREA, D. A. Vulnerabilidade social, desafios epistêmicos e conhecimentos rivais: por diálogos mais horizontais. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 58, n. 1, p. 241-258, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8652774/19164>. Acesso em: 1 set. 2020.

DAL'BOSCO, E. B. *et al.* A saúde mental da enfermagem no enfrentamento da COVID-19 em um hospital universitário regional. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 73, supl. 2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v73s2/pt_0034-7167-reben-73-s2-e20200434.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

DANZMANN, P. S.; SILVA, A. C. P. da.; GUAZINA, F. M. N. Atuação do psicólogo na saúde mental da população diante da pandemia. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 4, jun./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/18945/11557>. Acesso em: 9 nov. 2020.

DUARTE, M. Q. *et al.* COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul,

Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3401-3411, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n9/1413-8123-csc-25-09-3401.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

ESTRELA, F. M. *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903431&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2020.

FARIAS, M, N.; LEITE JUNIOR, J. D. Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações a partir da terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/494/version/504>. Acesso em: 21 set. 2020.

FIOCRUZ. **AQuarentena na COVID-19**: orientações e estratégias de cuidado. Brasília: Fiocruz, 2020b. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%3%bade-Mental-e-Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-A-quarentena-na-Covid-19-orienta%3%a7%3%b5es-e-estrat%3%a9gias-de-cuidado.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

FIOCRUZ. **SUAS na Covid-19**: proteção social a grupos vulnerabilizados. Brasília: Fiocruz, 2020a. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/07/cartilha_grupos_vulnerabilizados.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2020.

KABAD, J. F. *et al.* A experiência do trabalho voluntário e colaborativo em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 9, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n9/e00132120/pt/#>. Acesso em: 22 out. 2020.

KLEIN, C. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Rideel, 2015. 560 p.

LIMA, E. *et al.* **Ensaio sobre racismo**: pensamento de fronteira. São Paulo: Balão Editorial, 2019. Disponível em: <https://books.apple.com/br/book/ensaio-sobre-racismo/id1480417379>. Acesso em: 28 out. 2020.

MACEDO, Y. M.; ORNELLAS, J. L.; BOMFIM, H. F. COVID – 19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar – Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-10, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, e00074420. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/#>. Acesso em: 5 nov. 2020.

MINAYO, M. C. S.; FREIRE, N. P. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3555-3556, set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903555&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 set. 2020.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, a.15, n. 28, p. 13-26, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

MOURA, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. **Quaderns de Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 85-93, nov. 2014. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v16-n2-moura-ximenes-sarriera/1174-pdf-pt>. Acesso em: 26 ago. 2020.

NATIVIDADE, M. S. *et al.* Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em

Salvador-Bahia, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3385-3392, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n9/1413-8123-csc-25-09-3385.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

ORNELL, F. *et al.* Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Revista debates in psychiatry**, 2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/pandemia-de-medo-e-covid-19-impacto-na-saude-mental-e-possiveis-estrategias>. Acesso em: 8 ago. 2020.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009. 96 p.

SCHWARCZ, L. M. **Quando acaba o século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <https://itunes.apple.com/WebObjects/MZStore.woa/wa/viewBook?id=1524316724>. Acesso em: 28 out. 2020.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312007000100003&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 5 ago. 2020.

SCOTT, J. B. *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. rev.** Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2020.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e o papel das pandemias na história humana. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 1, n. 1, p. 31-34, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrbr.br/boca/article/view/Eloi>. Acesso em: 4 out. 2020.

SOUZA, D. de O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2469-2477, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Diego_Souza20/publication/341950636_A_pandemia_de_COVID19_para_alem_das_Ciencias_da_

[Saude_reflexoes_sobre_sua_determinacao_social/links/5ee3f40492851ce9e7e03fa8/A-pandemia-de-COVID-19-para-alem-das-Ciencias-da-Saude-reflexoes-sobre-sua-determinacao-social.pdf](https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n9/1413-8123-csc-25-09-3385.pdf). Acesso em: 12 ago. 2020.

STEVANIM, L. F. Vulnerabilidades que aproximam. **Revista Radis**, 212 ed, p.10-12, maio 2020. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis212_web.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

TERRA, E. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2011. p. 1155.

VIANA, D. M. Atendimento psicológico online no contexto da pandemia de Covid-19. **Cadernos EPS**, Ceará, v. 14, n. 1, edição especial, p. 74-79, 2020. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/399/215>. Acesso em: 9 nov. 2020.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Rev. bras. epidemiol.** Rio de Janeiro, v. 23, abr. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2020.

ZWIELEWSKI, G. *et al.* Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. **Revista debates in psychiatry**, 2020. Disponível em: <http://www.hu.ufsc.br/setores/neuropsicologia/wpcontent/uploads/sites/25/2015/02/Protocolos-psic-em-pandemias-covid-final.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020.

PANDEMIA Y LA EXACERBACIÓN DE LAS VULNERABILIDADES SOCIALES: IMPACTOS EN LA SALUD MENTAL

RESUMEN: La pandemia de COVID-19, a nivel global, trajo cambios significativos en las formas de organización de la población. Sin embargo, estos cambios fueron vistos de diferentes maneras, fortaleciendo el mantenimiento de las vulnerabilidades sociales existentes. El estudio presente tiene como objetivo entender las implicaciones de la pandemia COVID-19 en situaciones de vulnerabilidades sociales que fueron exacerbadas en este período pandémico, considerando los impactos y

aspectos involucrados en el ámbito de la salud mental. Este es un enfoque exploratorio, con atención centrada en las publicaciones actuales y seleccionadas basadas en la literatura que trata sobre el tema. Este trabajo se realizó de acuerdo con la concepción de autores de renombre que enfatizaron las consecuencias para la salud mental, causadas por la pandemia debido a los numerosos factores relacionados con la vulnerabilidad social y la desigualdad en los territorios brasileños. Este estudio mostró que las cuestiones de raza, color, género, condición económica y vivienda influyeron en el acceso a servicios de salud y a las políticas públicas. Ha sido posible observar cómo las medidas de contención comunitaria fueron adoptadas y vividas de manera diferente por la población, además de las recomendaciones y uso obligatorio de mascarillas, gel de alcohol y lavado de manos constantemente. Se concluyó que existe la necesidad de una reflexión crítica sobre todo el proceso histórico, social, cultural y económico que involucra las situaciones de vulnerabilidad, en relación a la adopción de políticas públicas y socioeconómicas que atiendan las especificidades y necesidades que demanda la población vulnerable. Teniendo en cuenta la influencia de las noticias sobre el número de muertes y casos confirmados, las limitaciones de acceso y otros desafíos que se han intensificados con la pandemia, es posible pensar en los caminos de la Psicología atribuidos a la salud mental a partir del período pandémico.

PALABRAS CLAVE: Pandemia; Vulnerabilidad Social; Salud Mental.